

Relativização de Predicados Nominais na História do Português¹

Adriana Cardoso

adrianaprincipe@gmail.com

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (Portugal)

RESUMO. Este artigo apresenta uma análise de orações relativas do tipo (...) *ho s(enh)or dom ãRique governador Comprou a dona guyomar de meneses molher q(ue) foi de symão fogaça (...)*, que ocorrem em textos medievais portugueses (literários e não literários), mas que não são possíveis no português actual. O principal objectivo deste trabalho é o de caracterizar as propriedades sintáctico-semânticas destas construções, cuja existência não é mencionada nas gramáticas históricas do português nem nos estudos de referência de história da língua portuguesa.

Neste trabalho, propõe-se que estas orações relativas envolvem uma lacuna na posição de predicado da oração copulativa e que é esta intrigante particularidade que contribui para a construção das propriedades semânticas que estas construções exibem. Do ponto de vista da análise sintáctica, a não adjacência entre o PP e o núcleo nominal é explicada por uma proposta que combina a ‘análise por elevação’ das relativas restritivas com a teoria do movimento por cópia. Para a explicação da mudança relativa à possibilidade de adjacência entre o núcleo e o PP, propõe-se que o mecanismo de apagamento de partes de diferentes elos das cadeias (‘scattered deletion’) deixou de estar disponível em português, pelo menos ao nível do DP, contribuindo desta forma para a existência de relações menos transparentes entre estrutura sintáctica e estrutura informacional.

PALAVRAS-CHAVE. Orações relativas; relativização de predicados nominais; teoria do movimento por cópia; mudança sintáctica

ABSTRACT. This paper investigates relative clauses as in (...) *ho s(enh)or dom ãRique governador Comprou a dona guyomar de meneses molher q(ue) foi de symão fogaça (...)* (lit. ‘the Mr. Dom ãRique, governor, bought from Dona guyomar de meneses, woman that was of symão fogaça’), which occurred in literary and non-literary Medieval Portuguese texts, but are not possible in Modern Portuguese. The central goal of this paper is to describe and analyse the syntactic and semantic properties of these constructions, whose

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da Bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/22475/2005).

existence has not been mentioned in the Historical Portuguese Grammars nor in the reference works on the History of Portuguese Language.

The claim is that these relative clauses have a gap in a postcopular position (predicate of the copular sentence) and that this striking particularity contributes to the specific semantic properties that they exhibit. As far as the syntactic analysis is concerned, the non-adjacency between the head noun and the PP is explained by the combination of the 'raising analysis' of relative clauses and the copy theory of movement. As for the syntactic change w.r.t. the non-adjacency between the head noun and the PP, it is claimed that the mechanism that allowed the realization of different pieces of different chain links ('scattered deletion') is not allowed anymore, at least at the DP level. This change can explain why in Modern Portuguese we find a less transparent relation between syntax and information structure.

KEY-WORDS. Relative clauses; relativization of nominal predicates; copy theory of movement; syntactic change

0. Introdução

O principal objectivo deste trabalho é o de analisar as propriedades sintáctico-semânticas de uma construção de relativização que foi pela primeira vez descrita para o português por Costa (2004), mas que não é referida nas gramáticas históricas nem nos estudos de história da língua portuguesa. Pretende-se ainda, tendo como referência o quadro teórico da gramática generativa, apresentar uma análise sintáctica para esta construção.

O *corpus* considerado neste estudo é constituído por textos não literários:

- séc. XIII a XVI (1^a metade) – documentos notariais editados por Martins (1994, 2001).²
- séc. XVI (2^a metade) – documentos relativos à Inquisição publicados em Pereira (1987);
- séc. XVII (1^a metade) – documentos relativos à Inquisição publicados em Coelho (1987);

² Estes documentos estão inseridos no *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM), disponível em: <http://cipm.fcsh.unl.pt>. A transcrição e a referência dos textos corresponde a esta versão digitalizada (correspondendo a sigla CHP aos textos editados em Martins (1994)). Neste estudo serão ainda analisados os textos que foram introduzidos na edição de Martins (2001).

- séc. XVII (2ª metade) – documentos relativos às sessões inquisitoriais do Padre António Vieira, publicadas em Muhana (1995: 47-174).

1. Problema

No decurso da história do português, ocorre com alguma frequência a construção exemplificada em (1) e (2):

- (1) ho s(enh)or dom ãRique governador Comprou a dona guyomar de meneses [mulher q(ue) foi de symão fogaça] toda a ffazenda (e) foros (e) paues q(ue) ella tem na dita vylla daueiras (CHP210 1544)
- (2) A q(ua)l uíha tem [A mulher q(ue) foy d(e). lourêçe Anes] ãplazada do d(i)to Mom(steiro). (CHP074 1310-1311)

Nestas sequências, encontra-se destacada uma expressão nominal que contém uma oração relativa introduzida por *que*. Numa posição imediatamente adjacente à esquerda de *que* ocorre um nome que é o antecedente da oração relativa. No interior da oração relativa, a posição relativizada é a de predicado da oração copulativa.

Por esta razão, esta construção será doravante referida como Relativa de Predicado Nominal (RPN), um termo que pretende reflectir a particularidade mais intrigante desta construção, que será apresentada com mais detalhe na secção 4.

O problema que se coloca é então o de *que*, em português actual, sequências estruturalmente equivalentes a estas não são gramaticais:³

- (3) *Encontrei a Rita, [mulher que foi do Rui].
- (4) *Encontrei [a mulher que foi do Rui].

³ Rosa Virgínia Matos e Silva e Clara Barros questionaram a não ocorrência destas construções no português actual, nomeadamente em textos jurídicos. Ainda que não tenha procedido até ao momento à análise de textos jurídicos actuais, é importante salientar que esta construção não ocorria apenas em textos notariais, mas também em textos literários e em textos não literários pertencentes a outras tipologias (cf. secção 3). Como tal, a eventual ocorrência destas construções em textos jurídicos modernos poderá apenas corresponder a uma ‘fossilização’ de uma construção que outrora foi produtiva na língua, mas que actualmente não ocorre noutras tipologias textuais nem é aceite pela generalidade dos falantes.

Tendo em conta estes constrastes, neste trabalho procurar-se-á responder às seguintes questões: (i) Quais são as propriedades sintáctico-semânticas da RPN?; (ii) Qual a sua estrutura sintáctica?; (iii) Como explicar a agramaticalidade destas construções no português actual?

2. Dados comparativos

Para o castelhano e para o galego encontram-se atestadas construções equivalentes às RPN em análise neste trabalho. Estas construções ocorrem em estádios anteriores do castelhano (cf. (5)), mas também em castelhano actual, sobretudo em registos escritos formais (cf. (6)):⁴

- (5) la Reina de Hungria ... [muger que habia sido del buen rey Matias de Hungria]. (Gen 425, 12, *apud* Keninston 1937: 173, séc. XVI)
- (6) Gallo, [gobernador civil que fue de Barcelona], llevaba muchos años retirado de la política. (Brucart 1999: 489)

No *Corpus de Referencia do Galego Actual*⁵, também foi possível encontrar algumas atestações de RPN (cf. (7)). É de notar, contudo, que os falantes consideram tratar-se de uma construção muito formal, que nunca é utilizada em situação de fala espontânea.

- (7) Todo llo teño que agradecer a don Tomás Dapena Espinosa, [alcalde que foi de Betanzos], que informou que eu xa de pequeno tiña unhas tendencias que non eran normais. (Ruibal, E. 1994. *De corpo enteiro*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.)

⁴ No castelhano actual, estas estruturas têm as seguintes propriedades: (i) a expressão nominal que contém a relativa nunca ocorre em posições argumentais mas sim em ‘incisos parentéticos’ (Brucart 1999: 489); (ii) o PP não ocorre em adjacência relativamente ao nome (**Flórez, cónsul de Colombia que fue ...*) (Gutiérrez Ordóñez 1989: 260); (iii) o seu valor aspectual é perfectivo, dado que a construção não permite tempos verbais que expressem uma qualidade vigente no momento da enunciação (**gobernador civil que es de Barcelona*) (Brucart 1999: 489); (iv) a construção não expressa conteúdo de tipo circunstancial (causal, temporal, concessivo) e, por isso, não se encontra habitualmente em posição inicial de frase (Gutiérrez Ordóñez 1989: 260).

⁵ Disponível *on-line* em: <http://nunes.cirp.es/corgaxml/>. Agradeço estes dados a Damián Suárez.

Em provençal antigo, esta construção também se encontra atestada:⁶

- (8) La comtessa Garsenda [moiller que fo del comte de Proenza] (Schultz-Gora 1924: § 211)

3. Dados relativos à história do português

O número de ocorrências de RPN no *corpus* em análise é apresentado no QUADRO 1:

Quadro 1. Ocorrências de RPN no *corpus*

Martins 1994, 2001				Pereira 1987	Coelho 1987	Muhana 1995
XIII	XIV	XV	XVI (1ª metade)	XVI (2ª metade)	XVII (1ª metade)	XVII (2ª metade)
11	27	23	7	5	1	1

Apesar dos limites cronológicos do *corpus* considerado neste estudo, é de notar que a consulta não sistemática de outra documentação permitiu apurar que as RPN se encontram documentadas, pelo menos, a partir do final do século XII e que ainda eram utilizadas no século XVIII:

- (9) domũ que est de [muliere que fuit de gueicha] (Doc. de 1175. Mitra de Braga, maço 1)⁷
- (10) Guiomar Prra. mer. meretris natural | da cide. de Lxa. fa. de João Pinto Pra. já defunto [criado q. foi do fi- | dalgo do Bomjardim, e de sua mer. Mna. Carvo.] (CARDS, nº 431, 1717, fl. 360r)⁸

A consulta de outra documentação permitiu ainda apurar que as RPN não ocorrem apenas em documentos legais, mas também em textos que se integram em outras tipologias:

⁶ Agradeço esta referência a Jan-Wouter Zwart.

⁷ Agradeço este dado a Ana Maria Martins.

⁸ *Cartas Privadas Arquivadas nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Coimbra* – Projecto CARDS – Cartas Desconhecidas (www.clul.ul.pt/sectores/filologia/project_cards.php). Agradeço a Rita Marquilhas a disponibilização desta documentação.

- (11) «Senhor cavalleiro, eu vos direi meu nome pois me tanto rogades. Eu ei nome Meraugis de Porlegues e som de Cornualha, [cavaleiro que nom som ainda de muita nomeada], ca nom ha muito que foi cavaleiro». (*Demanda do Santo Graal*, cap. CCLXXV, fol. 102v, séc. XV)⁹
- (12) E os nossos fezerão hũa hyda cõ elles, na qual Fernã Martiz de Vascomçellos, [neto que hera //(p.615) do mestre de Samtiago dom Mẽ Rodriguez], matou hũ mouro de cavallo (*Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Livro II, cap. XXXVI, 629, final do séc. XV)¹⁰

Este é um dado muito relevante, dado que exclui a hipótese de as RPN ocorrerem apenas em expressões fixas e fossilizadas, frequentes nas ‘partes formulaicas’ dos documentos legais (Sabatini 1968).

4. Propriedades das RPN

4.1. Lacuna em posição de predicado nominal

As RPN distinguem-se de outras orações relativas na medida em que a lacuna se encontra na posição de predicado nominal, como se ilustra em (13) e (14):

- (13) ho s(enh)or dom ãRique gouernador Comprou a dona guyomar de meneses [molher q(ue) foi __ de symão fogaça] toda a ffazenda (e) foros (e) paues (CHP210 1544)
- (14) A q(ua)l uïha tem [A molher q(ue) foy __ d(e). lourçe Anes] êplazada do d(i)to Mom(steiro). (CHP074 1310-1311)

O verbo que ocorre é tipicamente o verbo copulativo *ser*¹¹, que selecciona uma oração pequena. O sujeito dessa oração não tem realização fonética e o predicado é uma expressão nominal, que corresponde à posição relativizada.

⁹ Piel, J. M.; Nunes, I. F. (Eds.) 1988. *Demanda do Santo Graal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

¹⁰ Brocardo, M. T. 1997. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses – Gomes Eanes de Zurara / edição e estudo*. Lisboa: FCG/JNICT.

¹¹ Existem porém algumas atestações de RPN com verbos com funcionamento transitivo predicativo em vez de copulativo:

(i) a q(ua)ll posse o d(i)to p(r)ioill ouue po(r) tomada p(er) pedra (e) t(e)rra (e) colmo (e) folhas daruores abryndo a po(r)ta do d(i)to logar (e) ffechando (e) emt(re)gando [o d(i)to p(ro)curado(r) q(ue) sse djzya __] a chause do d(i)to logar (CHP155 1437)

A relativização do predicado nominal é a característica mais intrigante destas construções, dado que as posições sintáticas que são tipicamente relativizadas são as de argumento (cf. (15)) ou de adjunto (16)), i.e., correspondem a posições não predicativas:

- (15) (e) meteu em posse o d(i)cto Giral do(mingu)iz d[as meyas das. d(i)ctas Casas q(ue) lhj el(e)s venderõ __] (CHP092 1353)
- (16) E mândo A uos Chañçeller do d(i)cto Senh(o)r Arçeb(is)po q(ue) seelledes [os stro(mento)s (e) as c(ar)tas das veedorías dos emp(ra)zamêtos (e) scambhos en q(ue) derdes a d(i)cta autoridade __] (CHP093 1356)

4.2. (Não) adjacência entre o nome e o PP

O nome que funciona como antecedente da RPN ocorre tipicamente associado a um PP. No *corpus* em análise, há apenas um exemplo em que tal não acontece:¹²

- (17) Johan coelhejro (e) váásqe est(evêe)z m(ar)notej'ro (e) Johan galego (e) ffrâncisco p(er)ez [p(or)t(e)jro q(ue) ffoj __] (CHP123 1341)

Contudo, a situação mais frequente é aquela em que os nomes se encontram associados a PPs.

No *corpus* analisado, até à 1ª metade do século XVI, o PP nunca se encontra em adjacência relativamente ao nome mas sim numa posição à direita do verbo copulativo:¹³

- (18) ho s(enh)or dom ãRique governador Comprou a dona guyomar de meneses [mulher q(ue) foi __ de symão fogaça] toda a ffazenda (e) foros (e) paues q(ue) ella tem na dita vylla daueiras (CHP210 1544)

¹² Na documentação consultada relativa ao século XVIII também se registou uma ocorrência deste tipo:

(i) Mto. Illustres Snres. Denuncia a V. sra. Maria Martins Va. de Mel. Alvres | lavrador nal. e moradora do lugar e frga. de Aguiar de Souza de Anta. solteira | mulher e a velha sua vezinha [secadeira q. foi] (CARDS, nº 563, 1720, fl. 240r)

¹³ A consulta de outros textos permitiu contudo encontrar uma atestação de adjacência entre o nome e o PP no século XIV:

(i) Vêo [o priol de nãdim que entõ era __]. E o de olueira.

(Brocardo, M. T. 2006. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV). Lisboa: IN-CM, p. 136)

Porém, na segunda metade do século XVI e no século XVII registam-se ocorrências do PP em adjacência relativamente ao nome:

- (19) mandamos a[o nosso recebedor do dito bispado que ora é __ e pelo tempo for __], e assim ao rendeiro da massa de Bragança, que é do dito bispado, (1581, Pereira 1987: 122)
- (20) para o que poderá ajudar muito [o Rei de Portugal, que então for __,] como fizeram seus antecessores em todas as quatro partes do mundo (1664, Muhana 1995: 80)

4.3. Função na matriz

O NP que contém a RPN ocorre tipicamente como aposto não restritivo relativamente a um DP. Este DP, por sua vez, é tipicamente um antropónimo (cf. (18)) ou um pronome pessoal que tem como aposto um antropónimo:

- (21) Conheçuda Cousa sseia a quantos esta. C(arta). viren e léér ouiren q(ue) Eu dona Brigueira ayras [molh(er) q(ue) foy __ de don Roy g(ar)cia d(e) pau||h||a.] (CHP041 1290)

Dado que, nas aposições, uma expressão nominal estabelece com o antecedente uma relação predicativa, pode assumir-se que, nestes exemplos, o NP que contém a RPN é um NP predicativo (Gratacós 1999: 525). Ou seja, há coincidência entre a função sintáctica correspondente à subordinada e à matriz: a posição de relativização tem a função sintáctica de predicado e o NP que contém a RPN também é predicativo.¹⁴

¹⁴ No *corpus* analisado, estas construções podem também ser encabeçadas por *como*:

(i) Sabham todos q(ue) Eu M(ar)cos mjg(u)eez cõme [p(ro)curado(r) q(ue) ssoom __ da P(ri)oressa E donas do Moesteyro dachelas da p(ar) da Çidade de libbõa] emp(ra)zo A uos Joham vicent(e) (CHP132 1363)

(ii) E q(ue) pero elle d(i)cto auto(r) como [he(r)deiro q(ue) Era __ do d(i)cto p(er) o vallent(e) Ja finado p(er) cuja herança a elle esto todo p(er)teeçia] Requerera p(er) muytas vezes ao d(i)cto Reeo (e) ao d(i)cto seu avoo q(ue) manteuesem (e) comp(ri)sem o d(i)cto cont(ra)uto (CHP172 1422)

Nestes exemplos ‘como’ tem o significado equivalente a ‘na qualidade de’, ‘enquanto’ e introduz um constituinte não oracional. Por essa razão, alguns autores defendem que se trata de um ‘como’ preposicional, que selecciona elementos que são interpretados predicativamente (Magro 2007; Brucart 1999: 514).

Por fim, é de notar que, quando o NP que contém a RPN desempenha a função de aposto, surge por vezes coordenado a outro NP. Como se pode observar em (22)-(23), nesse caso, o NP que contém a RPN pode ocorrer no primeiro ou no segundo membro de coordenação:

- (22) dereito de hũa de manda que ho dito mosteiro (e) outras pessoas como herdeiros transuersaes ab intestado de dona ysabel de souza [molher que foy __ de christouam de britto] (e) hirmã da dita dona ynes de melo (CHP211 1548)
- (23) nas cassas da morada de njcolosso maraboto/?/ morador na d(i)cta cidade a santo esp(ri)to estãdo hí ljanor ychoa sogra do d(i)cto njcolosso E [molher que foy __ de diegaluarez de ualladares] (CHP187 1482)

Contudo, o NP que contém a RPN pode também ser argumental. No *corpus* analisado, as funções sintácticas que este constituinte pode desempenhar são as de sujeito (cf. (24)), de objecto directo (cf. (25)), de objecto indirecto (cf. (26)) e de complemento de preposição (cf. (27)).

- (24) A q(ua)l uíha tem [A molher q(ue) foy __ d(e). lourçe Anes] ãplazada do d(i)to Mom(steiro). (CHP074 1310-1311)
- (25) Aos que esta nossa certidão virem digo eu André de Sousa, escrivão dante os corregedores do crime de Lisboa, que eu fiz notificar [os almotacés da almotaçaria que ora são], por mandado do corregedor Diogo da Fonseca (1572, Pereira (1987: 100))
- (26) mandamos a[o nosso recebedor do dito bispado que ora é e pelo tempo for], e assim ao rendeiro da massa de Bragança, que é do dito bispado, (1581, Pereira 1987: 122)
- (27) o qual Johã de Mérida logo pareceu (e) díssi q(ue) era tut(or) de [filha q(ue) ffoj __ de Johã lopez] (e) díssi q(ue) q(ue)ría s(e)r outor das d(i)ctas Casas (CHP022 1289)

Como se pode verificar, nestes casos não há coincidência entre a função sintáctica na matriz e a função sintáctica na subordinada: a posição de relativização corresponde a uma posição predicativa, enquanto a posição na matriz é argumental.

4.4. Determinação do antecedente

O antecedente das RPN só ocorre associado a um artigo nos casos em que o NP que contém a relativa desempenha a função de argumento na matriz.

- (28) as quaes agora tras sem tytolo (e) por comsemty(m)ento das ditas donas
[a molher q(ue) ffoj __ dallu(aro) f(e)r(nande)z] (CHP209 1540)

Porém, há contextos do mesmo tipo nos quais o antecedente não surge associado ao artigo:¹⁵

- (29) o qual Johã de Mérida logo pareceu (e) díssi q(ue) era tut(or) de [[filha
q(ue) ffoj __ de Johã lopez] (e) díssi q(ue) q(ue)ría s(e)r outor das d(i)ctas
Casas (CHP022 1289)
- (30) Nem vender alhear nẽ escanbar nẽ tresmudar O d(i)cto enp(ra)zamêto nẽ
part(e) delle ssem líçença E auctoridade da d(i)cta sua lg(re)ía E [abade
q(ue) aaquelle tempo for __ della] (CHP161 1472)

A ausência de artigo nos casos em que o NP que contém a relativa desempenha a função de argumento na matriz deixa de ocorrer em documentos posteriores: a partir da 2^a metade do século XVI, é sistemática a ocorrência de artigo nestes contextos.

No que diz respeito à construção da referência nominal, é de notar que estes NPs podem ter quer uma leitura referencial (cf. (28)-(29)), quer uma leitura atributiva (cf. (30)).

Porém, o que é surpreendente nestas RPN é que a introdução de um referente no discurso é feita em simultâneo com uma predicação. Ou seja, no português actual, o que seria de esperar numa construção equivalente era que houvesse primeiro a introdução de um referente e que, só posteriormente, se predicasse sobre ele. Seria então possível (31) mas não (32):

- (31) Encontrei a rapariga que foi mulher do Lourenço.
(32) *Encontrei a mulher que foi do Lourenço.

¹⁵ Parece contudo haver justificação independente para a ausência do artigo em (29)-(30), podendo manter-se que tipicamente as RPN argumentais incluem o artigo definido. Em (29), a ausência de artigo pode indicar que se trata de 'uma das filhas de *Johã lopez*' e não de 'uma filha única'. Em (30), *abade* pode ser o segundo membro de uma estrutura de coordenação introduzida por artigo definido (o qual poderia concordar apenas com o primeiro membro da estrutura de coordenação).

Conclui-se, assim, que nestes contextos, a lacuna da RPN corresponde a uma posição predicativa, enquanto o antecedente ocorre numa posição argumental. Desta combinação resulta a especificidade mais surpreendente destas relativas: a codificação simultânea de uma entidade e da predicação que recai sobre ela.

Por contraste, nos casos em que o NP é um aposto, este nunca ocorre com determinante (cf. (22)). Tal impossibilidade parece resultar do facto de o NP ter, nesses contextos, um valor predicativo (cf. Brucart 1999: 423).

4.5. Predicado nominal com valor de ‘etiqueta de classe’

Nas RPN, os nomes que correspondem ao predicado nominal relativizado designam tipicamente papéis, funções ou relações sociais e, por isso, são designados por alguns autores como ‘etiqueta de classe’ (Leborans 1999: 2371).

Como se pode observar no QUADRO 2, os predicados nominais que ocorrem nas RPN correspondem sobretudo a nomes de profissão e relações de parentesco.

Quadro 2. Nomes que ocorrem como predicados nominais nas RPN

nomes de profissões / cargos		nomes de parentesco	outros
prioll pryoresa clerigo abade dona padre freira	almotáce rebedor rei scripuã tabelliõ cryado (a) porteiro	procurador ouuydor veedor tesoureiro inquisidor	molher filho (a,s) morador (e vizinho) herdeiro

Estes nomes caracterizam o sujeito pela sua pertença a uma determinada classe ou categoria na teia de relações que se estabelecem em sociedade. O sujeito é, como tal, distinguido por pertencer a um protótipo de classe ou categoria socialmente reconhecidos (Leborans 1999: 2371).

4.6. Copulativas de caracterização vs copulativas de identificação

Segundo Leborans (1999: 2368), as orações com *ser* copulativo podem ser classificadas em dois subtipos: copulativas de caracterização / copulativas de identificação¹⁶.

Nas construções em análise neste trabalho, ocorrem estes dois tipos de copulativas. Assim, as RPN que ocorrem em apostos contêm claramente copulativas de caracterização. Neste sentido, o predicado nominal predica sobre o sujeito uma característica: neste caso a pertença a uma determinada classe ou categoria na teia de relações que se estabelecem em sociedade (x foi abade de...).

Quando as RPN ocorrem em constituintes em posições argumentais, o predicado nominal tem sobretudo a função de ‘identificar’ o sujeito e não a de o caracterizar. Ou seja, nestas construções ocorrem copulativas de identificação, dado que a sua interpretação preferencial parece ser a de que ‘x foi a mulher de...’:

4.7. Tempo e aspecto

O tempo verbal do verbo copulativo nas RPN é tipicamente o pretérito perfeito. A selecção deste tempo verbal indica que determinada propriedade já não se aplica ao indivíduo, construindo-se desta forma um valor aspectual perfectivo. Por esta razão, Keninston (1937) afirma que esta construção transmite a noção de que a ‘classificação’ já não é verdadeira, significando “o último”, “o anterior” ou “ex-”.

Assim, uma sequência como (33)a poderia, no português actual, corresponder a (33)b:

- (33) a. ho s(enh)or dom ãRique gouernador Comprou a dona guyomar de meneses [mulher q(ue) foi __ de symão fogaça] toda a ffazenda (e) foros (e) paues q(ue) ella tem na dita vylla daueiras (CHP210 1544)
 b. ... Comprou a *dona guyomar de meneses*, ex-mulher de *symão fogaça*, ... (dado construído)

¹⁶ Estas distinguem-se pela função semântica que o predicado estabelece com o sujeito e com a intenção e pressuposições do falante. Assim, nas copulativas de caracterização, uma expressão predica sobre o sujeito algum tipo de característica, permitindo a sua individuação no universo do discurso. Nas copulativas de identificação, estabelece-se uma relação de identidade ou identificação entre as duas expressões vinculadas por *ser* (Leborans 1999).

Contudo, ao contrário do que acontece por exemplo em castelhano (cf. Brucart 1999: 489), o verbo copulativo pode encontrar-se no presente do indicativo, expressando simultaneidade relativamente ao momento de enunciação (cf. (34)-(35)).¹⁷ Nestes casos, há a construção de um valor aspectual imperfectivo, na medida em que a propriedade ainda se aplica no momento da enunciação.¹⁸

- (34) q(ue) pore[m] l[ic]e ap[re]s[en]ta q(ue) b[em] m[er]ito [p[ro]p[ri]o] q(ue) ora h[ab]e ___ do d[omi]no most[re] [tome ou mande tomar e posse e tenças E demynyo E ssenhoryo dos d[omi]nos casaaes (CHP155 1437)
- (35) Sabhã todos q[ua]ntos este st[ro]m[en]to virẽ q(ue) eu Johã f[il]ho morador no burgo de Poõbeiro. (e) [filho q(ue) s[ã]o ___ de f[il]ho de st[ro]m[en]to (e) de Mag[ist]ro da m[er]ito] (CHP097 1365)

No *corpus* em análise, o verbo copulativo só ocorre no imperfeito do indicativo quando a construção é introduzida por ‘como’ (cf. (36)). Contudo, em Costa (2004) é apresentado um exemplo de RPN de aposto com o verbo no imperfeito (cf. (37)).

- (36) o d[omi]no fe[r]ra Ca[ri]neiro q(ue) p[re]sente estaua Como [p[ro]curador q(ue) era ___ do honrrado dom Joham uasq[ue]z p[re]s[en]te do m[oste]iro de villarynho da hordem de santo agostynho p[er] h[ab]ia p[ro]curaÇõ q(ue) Eu sobr[e]d[omi]no t[er]ceiro tenho Registada em meu liu[ro] de notas sofiçient[e] p[er] a o q(ue) se adjante segue] djse q(ue) (CHP160 1467)
- (37) conteudos nas primeiras partições que se fizeram cõ Johã afonso tio e tetor que entõ era dos horffõs (1425, Costa 2004)

Nestes exemplos, o imperfeito apresenta características de tempo relativo a um ponto de perspectiva temporal do passado (Oliveira 2003: 157). Mais concretamente, verifica-se uma relação de inclusão com um tempo do passado, uma vez que, em (36), o acto de ‘dizer’

¹⁷ É de notar que esta possibilidade de ocorrência do verbo copulativo em outros tempos verbais sugere que as RPN que ocorrem em castelhano se encontram ‘fossilizadas’ (e por isso só admitem a ocorrência do pretérito perfeito do indicativo). Pelo contrário, no período da história do português em análise, esta construção pode ocorrer com outros tempos verbais, facto que aponta para um uso mais produtivo e menos marcado desta construção.

¹⁸ Como refere Oliveira (2004: 519, n. 10), a utilização do presente com estados transmite a informação de tempo presente relativamente ao ‘tempo da enunciação’, podendo alargar-se para além deste pelo facto de ser um estado.

(*djse*) está incluído no intervalo de ‘ser procurador’ e, em (37), o acto de ‘fazer’ (*fezerom*) também está incluído no intervalo de ‘ser tio e tutor’.

Regista-se ainda a ocorrência do verbo copulativo no futuro do conjuntivo (cf. (38)). Quando tal acontece, a predicação não é validada no plano enunciativo, mas é validável no plano potencial/fictício, num momento posterior ao da enunciação. Ou seja, no futuro, haverá uma entidade relativamente à qual se atribuirá a predicação ‘ser abade de...’.

- (38) Nem vender alhear nẽ escanbar nẽ tresmudar O d(i)cto enp(ra)zamẽto nẽ part(e) delle ssem lĩçença E auctoridade da d(i)cta sua lg(re)ia E [abade q(ue) aaquelle tempo for ___ della] (CHP161 1472)

Estes diferentes valores temporais e aspectuais são por vezes construídos mediante a co-ocorrência de adjuntos com valor temporal, compatíveis com os valores construídos no enunciado. Assim, quando o verbo copulativo se encontra no pretérito perfeito, no presente, no imperfeito e no futuro do conjuntivo podem co-ocorrer na RPN, respectivamente, localizadores temporais como *en outro tẽpo*¹⁹, *ora* (cf. (34)), *entõ* (cf. (37)) e *aaquelle tempo* (cf. (38)).

Esta possibilidade de delimitação da ‘duração da predicação’ (Oliveira 2004: 505) está intrinsecamente relacionada com o tipo de predicados envolvidos. De acordo com a terminologia de Carlson (1977), os predicados envolvidos nas RPN são de ‘indivíduo’ (*individual-level predicates*). Os predicados de indivíduo (por oposição aos predicados de ‘fase’), “(...) dizem respeito a propriedades estáveis e nessa medida caracterizam o indivíduo por um período suficientemente alargado de tempo, se não mesmo por toda a sua existência.” (Oliveira 2004: 511)

Nas RPN, os predicados de ‘indivíduo’ que ocorrem são tipicamente atribuídos de forma estável mas não permanente a um indivíduo (Oliveira 2004). Ou seja, dado o seu valor semântico de ‘categorias sociais virtualmente contingentes’ (Leborans 1999: 2372) (cf. secção

¹⁹ Como em (i):

(i) Sabahã/sic/ todos q(ue) eu Sancha do(mingu)jz [molh(er) q(ue) ffuy **en outro tẽpo** ___ de J(o)h(an)e amjgo mor[a]dor ã Lixbõa] Dou (e) out(or)go (CHP119 1329)

4.5.), estes predicados admitem uma delimitação temporal, ou seja, uma delimitação da ‘duração da predicação’.²⁰

4.8. Modalidade

No *corpus* verifica-se o recurso a uma estratégia através da qual o enunciador não assume o valor de verdade do conteúdo proposicional RPN:

- (39) pareceu no d(i)to logo Johã vjçent(e) [p(ro)curador q(ue) dj'z q(ue) h(e) __; da P(ri)oressa (e) cõuento do M(osteiro) de chelas] da h[ist]ria part(e) (CHP146 1397)

Em (39), existe uma oração subordinada completiva encaixada na relativa *e*, como tal, trata-se de um caso de movimento relativo longo. Com a introdução desta oração, o enunciador atribui a asserção a *Johã vjçent(e)*, não se comprometendo com o seu valor de verdade. Trata-se, desta forma, de uma estratégia de distanciação e não comprometimento do enunciador relativamente ao valor de verdade da predicação.

5. Análise das RPN

5.1. Análise de Costa (2004)

Costa (2004) analisa esta estrutura como uma relativa apositiva, com o verbo *ser*, que envolve a extraposição de um PP. A hipótese avançada é a de que a estrutura oracional relativa com o verbo *ser* envolve um argumento que é uma categoria vazia. Esta relativa estaria posicionada em adjunção a DP, como modificador apositivo. De acordo com esta análise, seria ainda necessário pressupor

²⁰ Note-se que mesmo com um predicado de ‘indivíduo’ como ‘ser filho de...’, que à partida diria respeito a toda a existência do indivíduo, também se verifica a possibilidade de ocorrência do verbo *ser* no pretérito perfeito, tendo como efeito a interpretação de que os ‘pais’ já não são vivos:

(i) Sablha~/sic/ q(ua)ntos esta c(ar)ta virẽ q(ue) eu Johã ro(drigu)iz (e) eu Gil ro(drigu)iz (e) eu A(fonso) ro(drigu)iz (e) eu váásco ro(drigu)iz (e) eu Gonçalo ro(drigu)iz da Castanheyra [filhos q(ue) fomos __ d(e) Rodrigo. affonso (e) d(e) Giom(ar) ro(drigu)iz] (CHP025 1295)

a existência de uma adjunção recursiva para dar conta da posição extraposta do PP:

- (40) [_{DP} [_{XP} ffreira profressa [PP k]] [CP que [I é [VP [-]]]]] [PP do Moesteiro dachellas k]] (Costa 2004: 417)

Esta análise levanta porém os seguintes problemas: (i) a proposta de elipse de VP parece um pouco estipulativa, uma vez que este não é um contexto típico de legitimação desta estrutura²¹; (ii) de acordo com esta hipótese, *ffreira profressa* é o antecedente de uma relativa apositiva. Porém, a possibilidade de ocorrência do verbo copulativo no conjuntivo demonstra que se trata de uma relativa restritiva, visto que uma apositiva nunca admite o conjuntivo (cf. Brito & Duarte 2003: 673); (iii) se a posição de relativização fosse a de sujeito e o antecedente fosse sempre o constituinte nominal que precede *que*, então esperar-se-ia que o verbo da oração relativa se encontrasse sempre na 3ª pessoa (singular ou plural). Porém, tal predição não se verifica, dado que existem algumas ocorrências em que o verbo copulativo se encontra na primeira/segunda pessoa do singular ou plural. Tal facto demonstra que o antecedente não corresponde à posição de sujeito no interior da relativa:

- (41) Sablhã/sic/ q(ua)ntos esta c(ar)ta virẽ q(ue) eu Johã ro(drigu)iz (e) eu Gil ro(drigu)iz (e) eu A(fonso) ro(drigu)iz (e) eu váásco ro(drigu)iz (e) eu Gonçalo ro(drigu)iz da Castanheyra [filhos q(ue) fomos __ d(e) Rodrigo. affonso (e) d(e) Giom(ar) ro(drigu)iz] damos (e) outorgamos (CHP025 1295)
- (42) me obrígo p(er) my´ E p(er) todos me(us) bêes assy´ mouíjs como de Rajz auõdos E por aue(r) aa dar E paga(r) a uos v(asco) nogey´ra escudeyro morador na d(i)cta çidade e [p(ro)curador q(ue) sodes __ do moestey´ro da çhellas] mj´ll (e) duzentos Reaes bran(cos) (CHP176 1436)

²¹ Como é referido em Matos (2003: 891), a elipse de VP pode ocorrer com verbos copulativos. Contudo, nestes casos, há sempre um elemento verbal antecedente, com o qual o verbo que legitima o constituinte elíptico estabelece um paralelismo lexical, como se observa nos seguintes exemplos:

(i) Esse cão é um perdigueiro, mas aquele não é.

(ii) Estamos desejosos de saber os resultados dos exames e pensamos que eles também estão.

(Matos 2003: 891-892).

Ora é precisamente a ausência de um predicado que funcione como antecedente que enfraquece a hipótese de as RPN envolverem elipse de VP.

5.2. Proposta de análise²²

A análise que proponho para estas construções assenta nos seguintes pressupostos: (i) o nominal imediatamente adjacente à esquerda de *que* é o antecedente da relativa; (ii) a posição relativizada é a de predicado nominal da oração pequena; (iii) as RPN são relativas restritivas e não apositivas.

5.2.1. A representação das relativas restritivas

Muito do debate acerca da sintaxe das orações relativas tem-se centrado na oposição entre duas análises: a análise ‘standard’ (envolvendo adjunção) e a análise por ‘elevação’ (envolvendo o movimento do núcleo a partir de uma posição interna à oração relativa).

De acordo com a análise ‘standard’ (e seguindo, por exemplo, a proposta de Demirdache 1991), a representação de uma relativa como (43) seria a apresentada em (44). Em (44), o antecedente da relativa é gerado numa posição externa e, como tal, o PP é extraposto (i.e., movido para a direita), para uma posição de adjunção à direita do DP. Nesse caso, as RPN em análise envolveriam extraposição no interior do DP.

(43) filhos q(ue) fomos d(e) Rodrigo

(44) [_{DP} [_{NP} [_{NP} filhos [_{PP} t_i]] [_{CP} Op_k [_C que [_{IP} pro_j [_{V'} fomos: [_{VP} [_{V'} t_i [_{SC} t_j t_k]]]]]]]]]] [_{PP} de Rodrigo]]

Pelo contrário, a adopção de uma análise por ‘elevação’ do núcleo, tal como proposta por Kayne (1994), Bianchi (1999), levaria à representação apresentada em (45). Neste caso, o núcleo nominal

²² Uma hipótese alternativa para a análise destas construções seria a de considerar que se trata de relativas apositivas de sujeito, que envolvem a anteposição de um constituinte motivada por factores discursivos (cf. Brucart 1999; Schutz-Gora 1924). Por razões de limitação de espaço, não é possível refutar detalhadamente esta hipótese. Contudo, em traços gerais, pode afirmar-se que esta análise não é adoptada por não ter o poder explicativo suficiente para dar conta das seguintes questões:

(i) Por que razão um movimento motivado por factores discursivos envolveria apenas predicados de orações copulativas e não outros constituintes?

(ii) Como explicar que um constituinte movido para uma posição dedicada à estrutura informacional possa ocorrer numa posição argumental (cf. secção 4.1.)?

(iii) Como explicar a possibilidade de coordenação das RPN com outros sintagmas nominais (cf. (22)-(23))?

5.2.2. *Combinação da análise por elevação com a teoria de movimento por cópia*

A representação em (45) coloca contudo um problema: aparentemente, o elemento movido para Spec, CP não é um constituinte. Tal facto pode ser facilmente observável em (48)-(49):

- (48) sancha ãnes [freíra p(ro)fesa que foy ___ do d(i)to moest(eir)o]
(CHP171 1417)
- (49) Eu. vaasco m(art)jz [p(ri)or q(ue) ora sóo ___ (con)f(ir)mado do d(i)cto moest(eiro) de villarínho]
(CHP154 1434)

Em (48), um dos modificadores do núcleo é movido e outro (o PP) permanece *in situ*, enquanto em (49) os dois modificadores permanecem *in situ*. Como tal, estes dados demonstram claramente que: (i) na análise por elevação não é apenas o núcleo que é gerado no interior da relativa, dado que há modificadores que permanecem *in situ* (*contra* Cecchetto & Donati 2008); (ii) o elemento movido para Spec, CP não parece ser um constituinte, dado que forma um constituinte com o material que permanece *in situ*.

Uma possível solução para este ‘puzzle’ passa então por adoptar uma análise que combina a análise por elevação para as relativas com a teoria do movimento por cópia (Bošković & Nunes 2007).

De acordo com os princípios descritos por Bošković & Nunes (2007), e devido a questões relacionadas com a economia das derivações, são normalmente as cópias mais baixas na estrutura sintáctica que são apagadas. Assim, para derivar os casos de adjacência entre o núcleo nominal e o PP (cf. (19)-(20)), basta postular que este princípio geral se aplica e que se verifica o apagamento da cópia mais baixa:

- (50) [[filhos de rodrigo]ⁱ [que fomos [filhos de Rodrigo] ^j]]

Contudo, cópias estruturalmente baixas na estrutura sintáctica ou diferentes partes de diferentes elos da cadeia (‘scattered deletion’)

autónoma, por exemplo como adjunto. Contudo, neste caso, perder-se-ia a relação sintáctico-semântica que existe entre os dois elementos. Note-se, por exemplo, que em (46) o PP é argumento do nome *arrêdamêtos*.

podem ser realizados, desde que algum princípio da componente fonológica assim o determine. Desta forma, e seguindo Stjepanović (2007), proponho que a cópia mais baixa do PP pode ser pronunciada de forma a satisfazer requisitos de atribuição do acento frásico. Mais precisamente, quando o PP é interpretado como foco informacional, tem de ocorrer na posição mais à direita da frase, dado que em português (antigo e actual) a posição de final de frase é a posição *default* para a atribuição do acento frásico (e, como tal, é a posição ocupada pelos constituintes que são interpretados como foco informacional) (Costa 1998, Martins 2002).

Assim, como se pode observar em (51), os contextos de não adjacência entre o núcleo nominal e o PP podem ser derivados por ‘scattered deletion’, considerando que há uma regra da componente fonológica (atribuição do acento frásico) que exige o apagamento da cópia mais alta do PP:

(51) [[filhos ~~de rodrigo~~]ⁱ [que fomos [filhos de Rodrigo]]^j]

Para o efeito é necessário assumir, na sequência da proposta de Stjepanović (2007), que em algumas línguas, como é o caso do português, a atribuição do acento ocorre antes do apagamento de cópias. Por contraste, noutras línguas, como o Inglês, o apagamento de cópias não pode interagir com o mecanismo de atribuição do acento.²⁴

5.2.3. *Uma possível explicação para a mudança*

Tendo por base a análise apresentada, a mudança relativa às restrições observadas no decurso da história do português quanto à possibilidade de não adjacência entre o núcleo nominal e o PP pode

²⁴ Note-se que os exemplos em (46) e (47) não são derivados considerando apenas a análise apresentada até ao momento. Dado que, nestes exemplos, os PPs são preferencialmente interpretados como ‘foco identificacional’ (Kiss 1998), proponho que se verifica em primeiro lugar o movimento do PP para uma posição dedicada à estrutura informacional. Posteriormente, o NP (incluindo o vestígio) é movido para Spec, CP (cf. i). Trata-se desta forma de uma operação do tipo ‘remnant movement’ analisada em termos de teoria do movimento por cópia.

(i) [_{DP} os [_{CP} [NP arrēdamētos [~~das Egreias~~]^k] [_C que [_{FocP} [das Egreias]ⁱ] [_{IP} fforem ff(e)ctos [_{NP} arrēdamētos [~~das Egreias~~]^k]]]

explicar-se pelo facto de a operação de apagamento de diferentes partes nos elos da cadeia ('scattered deletion') ter deixado de estar activa em português, pelo menos no domínio do DP.

As RPN em análise na verdade envolvem duas propriedades contraditórias: por um lado, um constituinte deve ser movido para Spec, CP para verificar um traço *wh*; por outro lado, parte desse constituinte deve permanecer *in situ* para ser interpretado como foco informacional. Em português antigo, ambos os requisitos podem ser satisfeitos, dado que 'scattered deletion' podia aplicar-se ao nível do DP, assegurando relações mais transparentes entre estrutura sintáctica e estrutura informacional (cf. Martins 2002). Em português actual, uma vez que a 'scattered deletion' deixou de ser possível ao nível do DP, a cópia mais baixa tem de ser apagada e o PP tem de ser pronunciado na cópia mais alta.

É por esta razão que, em português actual, em construções que exibem afinidades estruturais com as RPN analisadas neste trabalho (cf. (52)), a adjacência entre o nome e o PP é obrigatória:

E foi a minha segunda surpresa. [Pobre homem do Norte que sou __], senti qualquer coisa próximo das lágrimas aflorar-me aos olhos! (Goethe, J. 2001. *Viagem a Itália*. Lisboa: Relógio D' Água, p. 272)

Referências

- Bianchi, V. 1999. *Consequences of Antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Bošković, Ž.; Nunes, J. 2007. The Copy Theory of Movement. In: N. Corver; J. Nunes (Eds.) *The Copy Theory of Movement*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 13-74.
- Brito, A. M.; Duarte, I. 2003. Orações Relativas e Construções Aparentadas. In: M. H. Mateus; A. M. Brito; I. Duarte; I. H. Faria; S. Frota; G. Matos; F. Oliveira; M. Vigário; A. Villalva. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 653-694.
- Bruce, J. M. 1999. La estructura del Sintagma Nominal: Las oraciones de Relativo. In: I. Bosque; V. Demonte (Orgs.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 395-522.
- Carlson, G. 1977. *Reference to Kinds in English*. Doctoral Dissertation, University Massachusetts, Amherst. (Publicado em 1980 por Garland Press, Nova Iorque).

- Cecchetto, C.; Donati, C. 2008. Towards a HEAD raising analysis of relative clauses. Comunicação apresentada no XVIII Colóquio de Gramática Generativa. Lisboa, Abril 2008. Retirado em Março de 2008 da página da internet: <http://www.fl.ul.pt/18CGG/ing/programme.htm>.
- Costa, A. 2004. Aspectos das Construções de Relativização no Português do séc. XV. In: T. Freitas; A. Mendes (Orgs.). *Actas do XIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 409-420.
- Costa, J. 1998. *Word Order Variation. A Constraint-based Approach*. The Hague: Holland Academic Graphics.
- Demirdache, H. 1991. *Resumptive Chains in Restrictive Relatives, Appositives, and Dislocation Structures*. PhD dissertation, MIT.
- Gratacós, A. S. 1999. La aposición y otras relaciones de predicación en el sintagma nominal. In: I. Bosque & V. Demonte (Orgs.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 523-564.
- Kayne, R. 1994. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Kenington, H. 1937. *The Syntax of Castilian Prose: the sixteenth century*. Chicago & Illinois: The University of Chicago Press.
- Kiss, K. 1998. Identificational focus versus information focus. *Language*. **2**: 245-273.
- Leborans, M. J. 1999. La predicación: las oraciones copulativas. In: I. Bosque; V. Demonte (Orgs.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 2357-2460.
- Magro, C. 2007. (Org.) *CORDIAL-SIN. Manual de Anotação Morfosintáctica*. Realizado em colaboração de E. Carrilho; A. Eliseu; M. Lobo, A. M. Martins & S. Pereira. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Retirado em Março de 2008 da página da internet: www.clul.u.pt/sectores/variacao/cordialsin/manual_annotacao_morfologica.pdf
- Martins, A. M. 2002. The Loss of IP-scrambling in Portuguese: Clause Structure, Word Order Variation and Change. In: D. Lightfoot (Ed.). *Syntactic Effects of Morphological Change*. Oxford & New York: Oxford University Press, 232-248.
- Matos, G. 2003. Construções elípticas. In: M. H. Mateus; A. M. Brito; I. Duarte; I. H. Faria; S. Frota; G. Matos; F. Oliveira; M. Vigário; A. Villalva. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 869-913.
- Oliveira, F. 2003. Tempo e Aspecto. In: M. H. Mateus; A. M. Brito; I. Duarte; I. H. Faria; S. Frota; G. Matos; F. Oliveira; M. Vigário; A. Villalva. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 127-178.
- Oliveira, F. 2004. O Imperfeito e o Tempo dos Indivíduos. In F. Oliveira; I. M. Duarte (Eds.). *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 505-528.
- Ordóñez, S. G. 1986. *Variaciones sobre la atribucion*. León: Universidad de León [reedição, 1989].
- Sabatini, F. 1968. Dalla «scripta latina rustica» alle «scriptae romanze». *Studi Medievali*. **9**: 320-358.

- Schultz-Gora, O. 1924. *Altprovenzalisches Elementarbuch*. Heidelberg: Carl Winter.
- Stjepanović, S. 2007. Free Word Order and Copy Theory of Movement. In: N. Corver; J. Nunes (Eds.). *The Copy Theory of Movement*. Amsterdam: John Benjamins, 219-248.

Fontes

- Coelho, A. B. 1987. *Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. Lisboa: Caminho. Vol. 2.
- Martins, A. M. 2001. *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Martins, A. M. 1994. *Clíticos na História do Português – Apêndice Documental*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Muhana, A. 1995. *Os autos do processo de Vieira na Inquisição* [edição, transcrição, glossário e notas de Adma Muhana]. São Paulo: UNESP.
- Pereira, I. R. 1987. *Documentos para a história da Inquisição em Portugal: séc. XVI*. Lisboa: s.n.. Vol. 1.